

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA EDUCAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ

THE PROCESS OF SOCIAL CHANGE AND FEMALE PARTICIPATION IN EDUCATION OF PARANÁ WEST



Vol.10 n° 19 jan./jun.2015
p. 129 - 138

Thaís Damaris da Rocha Thomazini¹

Paulino José Orso²

RESUMO: Este artigo, tendo presente o processo de transformação na atividade docente que ocorreu de forma mais ampla, trata do processo de feminização do magistério no Oeste do Paraná. Conclui que o aumento, senão o domínio quase que absoluto, da participação da mulher no trabalho docente, está articulado às mudanças que ocorreram no espaço da produção como um todo a partir do desenvolvimento da sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, magistério, feminização do magistério.

ABSTRACT: This article, in view of the transformation process in the teaching activity that occurred more broadly, is the feminization of the teaching process in western Paraná. Concludes that the increase, but the field almost all, of women's participation in teaching, is articulated to the changes that have occurred within the production as a whole from the development of capitalist society.

KEYWORDS: Education, teaching, feminization of teaching.

A ação humana encontra-se articulada a inúmeros fatores existentes na estrutura social em que o indivíduo está inserido. Sendo que a base material está imbricada com a superestrutura, os comportamentos e pensamentos humanos também estão direta e indiretamente relacionados com o contexto sócio-histórico, onde as relações de gênero estão entrelaçada.

Em meio ao processo de interação social, internalizamos padrões sociais que colaboram no processo contínuo de construção de nossa identidade. As relações sociais que nos envolvem e os símbolos e significados construídos coletivamente, induzem-nos a agir conforme nossa condição

¹Mestre em Ciências Sociais - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo. Thais_damaris@hotmail.com

² Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, docente do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Unioeste e líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil - GT da Região Oeste do Paraná - HISTEDOPR. paulinorso@uol.com.br

social. Neste processo, encontram-se às relações de gênero, construídas e transformadas nas relações com os outros.

As relações de gênero refletem as concepções do masculino e do feminino internalizadas por homens e mulheres. Nossa identidade se constrói através das relações com os outros, e cada indivíduo assimila essas relações sociais, constituindo sua própria história de vida. Neste processo, o fato de se pertencer a um ou outro gênero, também marca nossas referências e a nossa compreensão de mundo.

Ao analisarmos o trabalho docente brasileiro na atualidade, podemos perceber que existe uma atuação predominantemente feminina, principalmente, no que diz respeito à educação infantil, ao ensino fundamental I (anos iniciais) e em algumas disciplinas do fundamental II (anos finais). Mas, nem sempre foi assim. No passado, a atividade docente era uma prática exclusivamente masculina.

Com relação ao Ensino Médio e Superior essa discussão é mais complexa devido às questões como cursos, conteúdos e áreas de atuação dos professores. Diante desta realidade, tratamos de investigar acerca dessa problemática e buscar esclarecer fatos e acontecimentos que proporcionaram a feminização do magistério e a atuação feminina nas práticas educacionais de um modo geral.

Segundo Hypólito (1997), a caracterização do trabalho docente e as mudanças pelas quais foi passando até no atual momento, não se explica por si, é resultado de modificações importantes ocorridos no âmbito do trabalho em geral e na organização do trabalho escolar. Mesmo que pareça, não ter acontecido grandes modificações na escola, a lógica capitalista de racionalização do trabalho penetrou também na realidade escolar. Isso pode ser identificado com a divisão do trabalho escolar, a introdução de especialistas, a transformação do docente parouquialista num trabalhador coletivo.

A escola vem passando por transformações ao longo de sua história e, como resultado, todos os elementos presentes no seu contexto também se transformaram e continuam em constante mudança.

Assim, segundo o autor, é necessário analisar o trabalho docente com base em uma concepção de classe e na perspectiva das relações de gênero que, entendendo o magistério como profissão feminina, o interprete numa perspectiva relacional entre o masculino e o feminino (Idem).

O objetivo deste trabalho é analisar e discutir o papel da mulher nas práticas educacionais do Oeste do Paraná no período de sua colonização, situada entre as décadas de 1920 e 1930, buscando estabelecer uma relação com o contexto educacional atual. Desta forma, surge a necessidade de compreender como o papel feminino vem sendo construído e modificado historicamente diante das transformações sociais, e como aconteceu o que muitos chamam de “feminização do magistério”. Isso se faz importante na medida em que fundamenta o conhecimento sobre as relações sociais que envolvem o universo feminino e a sua atuação em um determinado contexto social. É essencial analisar também, como este papel foi construído e reproduzido no sistema capitalista e quais os acontecimentos que “provocaram” o início da trajetória da mulher como trabalhadora e, mais precisamente, o início da inserção da mulher no magistério.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre gênero, buscando compreender a maneira como o termo vem sendo discutido e como a historiografia de um modo geral, vem analisando a história das mulheres. Num segundo momento, foi realizada uma pesquisa sobre o Oeste Paranaense na época de sua colonização, procurando encontrar informações relativas aos modelos educacionais da época e sobre a participação feminina nos espaços públicos e privados. Posterior a elas, buscou-se discutir a relação entre gênero e trabalho, enfatizando a relação trabalho docente e espaço feminino.

Ressalta-se que as fontes bibliográficas sobre a participação feminina nas práticas

educacionais do Oeste paranaense são bem escassas, por isso buscou-se auxílio em bibliografias que discutem o tema em âmbito nacional para uma posterior análise específica do Oeste Paranaense, com ênfase no Município de Cascavel.

O trabalho monográfico de Sella (2004), por um lado, discutiu o papel das mulheres na colonização do Oeste do Paraná, e destacou a rigidez do sistema familiar que gerava um distanciamento entre homens e mulheres e, por outro, destaca o forte apego à fé cristã e à tradição européia, como elementos fundamentais na reprodução dos papéis sociais feminino e masculino e nas relações sociais existentes entre homens e mulheres.

Segundo Sella (2004), a igreja católica trazia para a região as irmãs (Freiras) que além de educar as crianças e adolescentes do Oeste, tinham a função de ensinar os princípios da fé cristã. Tendo isso presente, Schneider (1999) realizou uma pesquisa que discute o papel das mulheres na colonização dos distritos de Vila Ipiranga e Dois Irmãos, pertencentes ao Município de Toledo, no Oeste do Paraná. A autora utiliza a história oral para desvendar aspectos importantes da vida das pioneiras e suas famílias.

O objetivo do trabalho monográfico citado acima era descobrir e apresentar como foi a participação feminina no processo de construção e colonização dos referidos distritos, sendo assim, não questiona diretamente suas entrevistadas sobre as práticas educacionais da época ou como era a organização da escola.

De acordo com as falas das pioneiras estudadas por este autor, fica clara a participação das mesmas no processo de trabalho e na formação da família e a forte influência da igreja no controle social das pequenas comunidades. Porém, também é fácil perceber que esta participação se deu de forma silenciada e pouco evidenciada pelos agentes da época, inclusive pelas próprias mulheres.

Com relação ao processo de ocupação e colonização do Oeste do Paraná, Emer (2006) realizou uma pesquisa sobre a educação paranaense, tecendo uma análise histórica dos processos educacionais dos municípios, discutindo e investigando o contexto de criação da escola e das relações sociais e políticas existentes neste contexto. De acordo com a pesquisa, a região foi ocupada e colonizada de forma mais rapidamente e intensivamente após 1930.

De acordo com o autor, o início da escolarização no Paraná se deu através das Casas Escolares de Primeiras Letras. Esta atividade se assemelhava à maneira praticada pelos imigrantes europeus para resolver o problema da escolarização de seus filhos. Neste sistema, o governo provincial contratava e pagava o professor. A ele cabia alugar uma casa ou uma sala e formar a classe de alunos de primeiras letras.

Os processos de urbanização e industrialização ocorridos no final do século XIX e início do século XX desencadearam inúmeras transformações no contexto social brasileiro e paranaense. Isto provocou o aumento da demanda e da exigência por educação devido às novas necessidades do trabalho e nas relações sociais e políticas dos colonos, determinadas pelo desenvolvimento da produção agrícola. Assim, as colônias passaram a se responsabilizar pela escola, construindo-as e pagando o professor (EMER, 2006).

Segundo o autor, nossa região teve muitos “modelos” de escolas, como por exemplo, a Escola Particular Domiciliar, a Casa Escolar Pública; e o Grupo Escolar. Com relação aos municípios, é possível reconhecer que a questão educacional se desenvolveu de maneira diferente e articulada com o processo de colonização de cada município. O autor aponta que em determinados municípios o processo educacional aconteceu de maneira mais lenta, devido a dificuldade dos colonos em relação à construção de escolas e à organização das práticas educacionais. Já em outros, o processo se deu de forma mais rápida, devido ao interesse dos colonos em educar e transmitir aos seus filhos parte da sua cultura de origem. Em outros ainda, as práticas educacionais se iniciaram através da igreja Católica, que organizava o espaço e as práticas pedagógicas.

Com o objetivo de se conhecer melhor os professores do Oeste Paranaense no período atual, foram realizadas pesquisas para se obter dados sobre o número de professores e a classificação destes por gênero. O objetivo era descobrir o número de professores e professoras atuantes na educação pública municipal e também na Rede Estadual de Ensino da região, para posteriormente comparar e fazer algumas reflexões tendo presentes as informações obtidas sobre a época da colonização.

Segue abaixo uma tabela com a classificação por município, total de professores e a classificação por gênero.

Quadro 1: Divisão dos professores por sexo em diversos municípios da região Oeste do Paraná – Rede Municipal

Município	Professores	Percentual	Professoras	Percentual	Total
Capitão L. Marques	15	8,38%	164	91,62%	179
Cascavel	48	4,18%	1099	95,82%	1147
Formosa do Oeste	01	2,27%	43	97,73%	44
Ibema	02	5,88%	32	94,12%	34
Jesuítas	03	5,66%	50	94,34%	53
Maripá	02	5,41%	35	94,59%	37
Matelândia	03	3,30%	88	96,70%	91
Missal	18	20,69%	69	79,31%	87
Palotina	10	7,63%	121	92,37%	131
Santa Helena	24	10,43%	206	89,57%	230
Santa Terezinha de Itaipú.	5	3,29%	147	96,71%	152
Terra Roxa	05	4,42%	108	95,58%	113
Três Barras do Paraná	12	16,90%	59	83,10%	62
Tupãssi	05	7,69%	60	92,31%	65
Total Geral	153	6,29%	2.281	93,71%	2.434

Fonte: Associação dos municípios do Oeste do Paraná – AMOP, 2007.

Com relação ao número de professores da Rede Estadual de Ensino, é importante ressaltar que os dados obtidos podem sofrer modificações, pois, a Secretaria de Educação não possuía esses dados, então foi necessário realizar uma contagem de acordo com os nomes dos professores. A contagem aconteceu entre os dias 27 de setembro e 05 de outubro de 2007. Neste período alguns professores estavam saindo de licença e também estavam sendo afastados por motivos de saúde. Isso pode causar modificações na classificação dos professores por sexo, pois não temos conhecimento sobre os professores substitutos. Além disso, por vezes, mostrou-se difícil reconhecer o sexo do docente tendo apenas seu nome como referência. Segue abaixo duas contagens, sendo uma de professores QPM, ou seja, concursados e outra de professores PSS, ou seja, professores temporários da rede pública estadual de ensino.

Os municípios pertencentes ao núcleo Regional de Educação de Cascavel são: Anahy – Boa Vista da Aparecida – Braganey – Cafelândia – Campo Bonito – Capitão Leônidas Marques – Cascavel – Catanduvas – Céu Azul – Corbélia – Guaraniaçu – Ibema – Iguatu – Lindoeste – Santa Lúcia – Santa Tereza do Oeste – Três Barras do Paraná – Vera Cruz do Oeste, totalizando 18 municípios.

Quadro 2: Divisão dos professores por sexo na rede estadual – Núcleo de Cascavel

Vínculo	Professores	Percentual	Professoras	Percentual	Total
QPM–Concursados	251	17,79%	1160	82,21%	1411
PSS – temporários	110	24,44%	340	75,56%	450
Total Geral	361	19,40%	1500	80,60%	1861

Fonte: Núcleo Regional de Educação de Cascavel, 2007.

Diante desses dados, pode-se perceber que embora existam professores na rede estadual pública de ensino, o número de professoras é significativamente muito maior. E com relação à rede municipal pública de ensino este número se torna ainda mais expressivo. Assim, para compreender e discutir estas informações é necessário relacioná-las com o contexto de colonização do Oeste Paranaense e também com as transformações históricas e sociais que de forma direta ou indireta contribuíram para a inserção da mulher no mundo do trabalho e em especial, no magistério.

No decorrer da pesquisa foram realizados estudos bibliográficos para compreender a relação existente entre gênero e trabalho. Ou seja, buscou-se identificar quais fatores contribuíram para a transformação do papel social feminino ao longo da história e também sobre a inserção da mulher na educação.

Nogueira (2004) escreve sobre a inserção da mulher na grande indústria capitalista, e realiza uma análise indicativa da inserção da mulher trabalhadora na Revolução Industrial, particularmente a partir do advento da maquinaria e da grande indústria, buscando estudar algumas das principais conseqüências dessas transformações em relação ao mundo do trabalho, em especial à questão feminina.

Assim, no entendimento da autora, a Revolução Industrial provocou uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social ocorrida na economia capitalista e através dela. De acordo com ela, ocorre a desvalorização do trabalho humano, tanto do feminino, como do masculino e também da mão de obra infantil. A partir da indústria e da consolidação do capitalismo, o trabalhador, de uma maneira geral, reduziu-se a uma mercadoria, transformou-se em fonte de exploração pelo capital, motivando o trabalho competitivo sob péssimas condições de trabalho e baixa remuneração. Neste contexto, a mulher teve sua inserção no mundo do trabalho capitalista, sofrendo a exploração vivenciadas pelo conjunto da classe trabalhadora.

Nogueira (2004), também busca indicar alguns elementos que nos permitem fazer uma análise preliminar sobre a questão da mulher trabalhadora no capitalismo recente, admitindo ser importante a análise de características que se encontram presentes no Taylorismo, Fordismo, e também no processo de reestruturação produtiva, que se desenvolveu a partir dos anos de 1970. A compreensão das mudanças nas relações de produção é essencial para a compreensão da maneira como o mundo do trabalho alterou a condição do trabalho feminino.

As considerações acima nos mostram que a participação feminina no mundo do trabalho ocorreu de forma dinâmica e sempre esteve relacionada a diversos elementos da esfera social, econômica, política, cultural, presentes e entrelaçados em diferentes momentos históricos. A condição da mulher como trabalhadora deve ser compreendida como resultado das relações sociais e de produção, de acordo com a lógica, o tempo e o espaço, ou seja, com o período e o local em que se desenvolve. Pois, como mencionamos, o trabalho feminino é parte integrante da sociedade como um todo.

Hypolito (1997), analisando o início do trabalho de professor na Europa, destaca que ela era considerada como uma vocação, onde as escolas não eram disponíveis para a grande massa e a igreja apresentava uma visão conservadora e tinha uma representação muito forte na vida das pessoas. Assim, a maioria dos professores eram membros do clero,

masculinos, portanto.

Com a necessidade de se estender as escolas às camadas mais amplas da população, o clero já não era o suficiente para atender a uma grande quantidade de alunos. Foi então que colaboradores passaram a ser selecionados e submetidos a um juramento de fidelidade aos princípios da igreja para exercer a docência (Idem).

Antes de discutir a trajetória feminina no magistério, o autor realiza um resgate da história do professorado brasileiro, debatendo a trajetória histórica da condição de classe do professor e também a sua identificação ou não, como proletário. Para o pesquisador, os fatores que identificam a profissão de professor com a proletarização, são as condições de trabalho, os baixos salários e a desvalorização profissional.

É importante salientar que todas as referências do autor dizem respeito ao magistério primário. Para ele, a feminização do magistério primário aconteceu principalmente no século passado, embora, ressalta-se que este processo aconteceu de forma desigual em diferentes países, dependendo da sua realidade histórica.

Examinando-se a evolução histórica do trabalho docente, especialmente quando se trata da professora primária, percebe-se que a constituição dessa profissão em trabalho assalariado, o processo de funcionalização e sua transformação numa profissão exercida por mulheres são fenômenos que se apresentam como partes de um mesmo processo (HYPOLITO, 1997, 48).

Para o autor, a feminização do magistério é resultado de um complexo processo social, atrelado às mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas, à expansão do ensino, a consolidação do capitalismo e aos processos de industrialização e urbanização. Esses elementos estavam presentes no contexto de “criação” de uma escola que suprisse as necessidades econômicas e sociais deste novo modelo de sociedade.

De acordo com Hypolito (1997), em 1935, no Brasil, a participação feminina na vida pública já ocupava espaços importantes, como o direito ao voto, e mais de 80% do magistério eram mulheres. Em 1940, o número de mulheres professoras ultrapassava o índice de 90%, em 1948, atingiu 93,3%, e nos anos 70 chega a 98,8%.

Segundo o autor:

O fenômeno da feminização do magistério acompanhou o desenvolvimento da industrialização e urbanização próprias da formação social e econômica capitalista. Há que se considerar, por dentro desse processo, características culturais próprias da constituição histórica da mulher como ser social que permitiram a consolidação desse perfil do professorado. A mulher tornou-se participante do mundo do trabalho, especialmente na função docente, não só porque foi submetida, mas também porque construiu essa possibilidade. As ações que incentivaram o processo de feminização desenvolveram-se num tecido social favorável, com características culturais adequadas e, sob certos aspectos, interessantes para as mulheres (Idem, 5)

Nesta perspectiva, as principais características que permitiram o grande acesso feminino ao magistério, eram: a proximidade das atividades do magistério com as exigidas para as funções de mãe; as “habilidades” femininas que permitem um desempenho mais eficaz de uma profissão que tem como função cuidar de crianças; a possibilidade de compatibilização de horários entre o magistério e o trabalho doméstico, já que aquele pode ser realizado em um turno; a aceitação social para que as mulheres pudessem exercer essa profissão; a escolarização das mulheres em Escolas Normais; a idéia da vocação relacionada às habilidades femininas; a saída dos homens do magistério e a possibilidade de salários iguais.

As relações estabelecidas entre a educação do papel de mulher e o trabalho de ensinar crianças incluem, além do papel de mãe, as ditas 'habilidades' femininas: donas de casa e esposa. Essas funções exigem um desempenho baseado em características que a mulher tem ou 'deveria' ter: a docilidade, a submissão, a sensibilidade, a paciência etc (Idem, 57).

Depois do estudo realizado, é possível estabelecer algumas considerações sobre a participação feminina na colonização do Oeste do Paraná, tendo como base as pesquisas bibliográficas realizadas e os dados atuais dos professores das redes municipal e estadual de ensino que apresentamos neste trabalho.

O Oeste do Paraná traz em seu contexto de colonização marcas de um processo educacional que estava se desenvolvendo em âmbito nacional e também relações sociais existentes nas culturas de origem dos imigrantes que colonizaram nossa região. Podemos associar a participação feminina neste processo com a maneira que os papéis sociais masculinos e femininos foram se construindo ao longo da história. Ao analisarmos o processo de construção da história da mulher na sociedade, de uma maneira geral, podemos perceber que as mesmas foram subordinadas e tiveram sua história silenciada e ocultada pelos demais sujeitos e pelo próprio processo histórico de transformação.

Assim, a condição da mulher como trabalhadora não se deu de forma isolada e estática em cada período histórico. A participação feminina no mundo do trabalho se deu de maneira dinâmica e esteve relacionada a diversos elementos da esfera social, econômica, política, cultural, presentes e entrelaçados em diferentes momentos históricos. Portanto, a condição da mulher como trabalhadora deve ser compreendida como resultado das relações sociais de produção, respeitando a lógica tempo e espaço, ou seja, o período e o local em que se desenvolveu.

O cenário da colonização foi marcado pela forte presença do trabalho no campo, por valores religiosos e uma diversidade de culturas. Isso fez com que o trabalho feminino se adequasse ao papel social exercido pela mulher da época, ou seja, ainda muito ligado à esfera particular.

No período de colonização do Oeste do Paraná, os agentes históricos estavam envolvidos em inúmeros fatores que “naturalizavam” uma série de relações sociais entre homens e mulheres. A forte influência da religião e da cultura de origem dos imigrantes fez com que eles reproduzissem os papéis sociais como se fossem construídos de maneira natural. Assim, a colonização do Oeste do Paraná foi fruto de um processo de desenvolvimento que “silenciou” e “ocultou” a participação feminina na história em diversos aspectos. E a participação da mulher na educação foi influenciada por fatores religiosos, políticos e culturais que marcaram o que era ser mulher e quais funções eram adequadas para o universo feminino. Ser professora significava ser aceita pela sociedade, ter uma função na esfera pública e poderia significar ter um pouco mais de liberdade em uma sociedade marcada por valores religiosos e morais rigorosos.

Quando pensamos no contexto atual, podemos perceber que ao mesmo tempo em que a inserção da mulher como educadora pode ter significado e ainda significar um ponto positivo para a “emancipação da mulher da sociedade”, também pode ser associada a uma condição social imposta ao gênero feminino como uma oportunidade de sobrevivência em um sistema desigual e excludente de produção. Ou seja, ser professora, pode ser compreendido como uma questão de oportunidades “cedidas” pelo contexto social.

Ao analisarmos o pensamento de Hypólito (1997), com relação ao processo de profissionalização do magistério, podemos perceber que existe uma relação direta entre o magistério e as relações de produção. O autor busca discutir como o ato de ensinar, considerado por muito tempo uma vocação, transformou-se em profissão e o professor passa então a ter sua identidade caracterizada em alguns aspectos como proletário.

Para o autor, o trabalho docente e a feminização do magistério são uma síntese das relações de classe e gênero. Ao relacionarmos este pensamento com a pesquisa alcançada sobre a colonização do Oeste do Paraná, podemos compreender que a maneira como a educação se desenvolveu no período foi resultado das relações sociais, culturais e econômicas que envolviam os agentes da época. O fato de existir uma preferência por

mulheres para o exercício do magistério está entrelaçado, dentre outros elementos, à situação de classe e também de gênero, considerando a maneira como a mulher era compreendida.

Como já foi dito anteriormente, o espaço público feminino era muito limitado e fortemente controlado pela religião (igreja católica) e pela própria cultura dos imigrantes. Assim, a igreja católica teve papel importante no início do processo de “implantação” da educação de nosso Estado, iniciando-se desde a época do Império, envolvendo mais precisamente a região de Curitiba, até o período republicano, na colonização do Oeste do Paraná, claro que com algumas características diferentes do período imperial. A igreja se fez presente em muitos municípios, na escolha do local onde se realizariam as aulas, na escolha dos professores, que eram na maioria, freiras e padres da igreja Católica e na seleção dos conteúdos.

Nos municípios onde os imigrantes questionaram e reivindicaram a escola, as questões educacionais aconteceram de maneira diferente. No início, os imigrantes organizavam o modelo de escola que almejavam, mantinham os custos com a escola e os professores, e também ficavam responsáveis pela seleção dos mesmos. Depois, com o passar do tempo, e com as transformações políticas ocorridas, o Estado passou a ser responsabilizado por este processo.

Na realidade, podemos compreender que, na medida em que o processo de urbanização ocorre de forma mais acentuada, a escola e a educação passaram a ser uma exigência social. Isso fez com o número de professores aumentasse consideravelmente. E é em meio a este processo que ocorre a “feminização do magistério”. O magistério passa a ser uma das oportunidades da mulher “participar” da vida pública da sociedade, mas o salário feminino era compreendido como uma contribuição secundária para o sustento da casa, o que favorecia a atribuição de baixos salários.

Analisando-se os motivos apontados por Hypólito (1997), em relação ao acesso feminino ao magistério, também pode-se identificar algo assemelhado no contexto de colonização do Oeste do Paraná. A proximidade das atividades do magistério com as exigidas para as funções de mãe; as “habilidades” femininas que permitem um desempenho mais eficaz no cuidado com as crianças; a possibilidade de compatibilização de horários entre o magistério e o trabalho doméstico; a aceitação social para que as mulheres pudessem exercer a profissão; a escolarização das mulheres em Escolas Normais; a idéia de vocação relacionada aos atributos femininos; a saída dos homens do magistério e a possibilidade de salários iguais foram as principais características que contribuíram para o acesso das mulheres nesta profissão.

Tendo como base a pesquisa bibliográfica realizada sobre o Oeste do Paraná, podemos concluir que, no período, o magistério era uma profissão aceita socialmente como campo de atuação digno e adequado para as mulheres; mesmo que significasse também para elas, uma ocupação de novo espaço social, político e cultural.

Cabe a partir desta investigação, nos questionarmos sobre o cenário atual das relações de gênero no processo educacional. Ou seja, quais são os desdobramentos provocados por esta grande “ocupação” em massa da mulher no magistério? Como o trabalho docente vem representando as relações de gênero atuais? Ou melhor, qual é a representação social do trabalho docente atualmente? Será que os fatores que influenciam as mulheres a entrarem para o magistério no período atual são os mesmos que envolviam o público feminino na época da colonização?

Essas discussões são importantes na construção das mulheres enquanto sujeitos históricos capazes de transformações sociais. É importante que se analise e discuta as ações femininas em diversas áreas sociais para que se possa compreender a maneira como as mulheres foram inseridas e ou excluídas socialmente em determinados momentos históricos

e também servir de base para uma discussão sobre as relações de gênero atuais, entendendo-as não apenas como relações entre homens e mulheres, mas também, relacionadas às relações de produção existentes em uma sociedade capitalista.

NOTAS

³ De acordo com Emer (2006), é o tipo de escolarização ou instrução desligada de uma instituição escolar, sendo uma escolarização informal. Esta prática de ensino era exercida por alguém do grupo social estabelecido, que tinha disponibilidade e condições mínimas de ensinar. O currículo e os objetivos eram estabelecidos pelos pais, e essa instrução tinha uma regularidade, um sentido de processo de aprendizagem.

⁴ A casa Escolar esteve presente nos núcleos urbanos onde já existia presença do serviço público. Este ficava responsável pela Casa Escolar existente, ou pela construção de um estabelecimento de ensino, e também deveria pagar o professor. Os alunos eram submetidos a exames públicos para comprovação da escolaridade primária (EMER, 2006, p. 11).

⁵ Escola construída em povoados mais desenvolvidos. Com a criação do Grupo Escolar, passou a existir a preocupação em seguir para a série seguinte, num processo gradual de comprovação de conhecimentos dos conteúdos definidos pelo sistema educacional como requisito de cada série. O trabalho do professor era dividido em séries e o aluno comprovaria a escolarização primária após aprovação nos exames da última série (Ibidem).

⁶ O autor cita Kreutz (1985, 1986), e afirma que a concepção de magistério como vocação foi construída por razões político-religiosas conservadoras e autoritárias. A origem dessa concepção pode ser buscada no século XVI, quando abriram escolas elementares para as camadas populares. Esta abertura visava a leitura de textos religiosos e, com isso, à manutenção da influência que a Igreja exercia sobre os intelectuais e a grande massa da população.

REFERÊNCIAS:

- BEAVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. V.2: A experiência da vida.
- BIRH, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo, Boitempo, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRUSCHINI, C. **Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?**. In: ROCHA, M.I.B. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo, Editora 34, 2000.
- CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Serviço Social Em Revista, Londrina-PR, v. 3, p. 201-214, 2002.
- CARSON, Alejandro Cervantes. **Entrelaçando Consensos**. In: Cadernos PAGU (4), 1995: pp. 187-2187.
- CASTANHA, André Paulo. **Instrução Elementar no Brasil do Século XIX: da fragmentação à unidade da Nação (1834-1889)**. São Carlos: UFSCAR, 2007. (Tese de doutorado. Versão para a Qualificação).
- EMER, Ivo Oss. **Aspectos históricos da educação regional**. Cascavel, 2006. Mimeo.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **A mulher como profissional de educação. Alguns aspectos de sua trajetória de formação**. In: Revista da FACED, Salvador, n.º3. P57-77, 1999.
- FONSECA, Tania Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HYPÓLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- INSTRAW. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento**. Uma

- abordagem básica. DF: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – GDF, 1995.
- KREUTZ, L. **Magistério e imigração alemã**. São Paulo, Puc, 1985 (tese de doutorado).
- LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: Uma escola de mulheres**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1987.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo, Nova Cultural, livro I, vol. I, t. II, 1988.
- MIGUEL, Denise Soares. **De rainha do lar à professora**. In: PerCursos, Florianópolis, v.4, n.1, p. 79-89, Outubro. 2003.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- PRIORE, Mary Del. **História das mulheres: As vozes do Silêncio**. In: Historiografia Brasileira em perspectiva. 4ª Ed, São Paulo, SP: Contexto, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth **A mulher na sociedade de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- SCHNEIDER, Leonice Terezinha. **As mulheres na colonização dos distritos de Vila Ipiranga e Dois Irmãos (Toledo- PR)**. Marechal Cândido Rondon – PR: Unioeste, 1999. (Monografia apresentada ao curso de Especialização em Historiografia Contemporânea no Brasil).
- SCOTT, J. W. **“A mulher trabalhadora”**. In: DUBY, G. & PERROT, M. **Histórias das mulheres no Ocidente**. Porto, Edições Afrontamento, vol. IV, 1994.
- _____ **“Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”**. Educação e Realidade n.º2. Porto Alegre, jul/dez. 1990, vol. 15.
- SELLA, Marco Aurelio. **Reflexões sobre História das mulheres e historiografia no Oeste do Paraná**. Toledo-PR: Unipar, 2004. (Monografia apresentada ao curso de Especialização em História da América Latina).

Recebido em: 19/11/2014

Aprovado para publicação em: 02/06/2015